

Diretor da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa diz que sem reformas a sustentabilidade dos serviços públicos pode estar comprometida

Mudar o país ou mudar de país?

José Fernandes e Fernandes

Foi o tema proposto pelos alunos da faculdade, expressão de perplexidade e angústia. No passado, mudávamos de país para completar educação e adquirir novas competências e fizemo-lo com o estímulo e orientação dos nossos mestres. Era uma ação dirigida, pontual, regresso assumido como dever e contrapartida do apoio recebido, mas havia esperança de futuro. Era preciso mudar de país, para mudar o país, uma tradição, que remontava aos estrangeirados, cuja importância na História pátria é reconhecida. O problema desta geração é diferente e as circunstâncias também. Não é só um aperfeiçoamento profissional ou científico que procuram, mas realização profissional, fruto da redução das expectativas e da esperança no seu meio. As razões são locais e globais. Nas primeiras, é preciso ser claro: houve uma política de produção desregulada de profissionais de Saúde que contribuiu para a situação. Foi eleitoralista, sem planeamento rigoroso, contra os avisos da universidade e das profissões, repetiu erros de outros, Espanha e Itália, e conduziu a desvalorização do trabalho

e dos profissionais, desemprego e emigração. Numa sociedade de emigração indiferenciada este facto foi percebido como traição a um futuro melhor. É um empobrecimento do país, sobretudo porque não parece haver política concertada para reter os mais empenhados ou suscitar regresso futuro com integração no sistema produtivo nacional. Falta também uma política estruturada de cooperação, entendida como interesse nacional. As razões globais resultam do sucesso da Europa, da mundialização, do esbatimento das fronteiras, da liberdade e mobilidade dos cidadãos para procurarem realização sem os constrangimentos e quotas de imigração. E esta constatação parece-me oportuna, num momento de inquietação europeia, em que os extremismos que conduziram aos desastres do passado parecem avolumar-se. A solução do dilema proposto tem uma dupla dimensão, individual e política. Na política, precisamos arrumar a casa, o que pressupõe clareza de propósito e continuidade na ação. Na Saúde, como na Educação, impõe-se compromisso que ultrapasse as proclamações mais ideológicas e a ação a curto prazo, para se centrar nas reformas necessárias, sem as quais a própria susten-

tabilidade destes serviços públicos estará comprometida. A medicina do século XXI pressupõe organização centrada no doente que privilegia a integração de cuidados, a cooperação multidisciplinar e multiprofissional, tecnologia sofisticada, menor enfoque no hospital e na urgência e maior na intervenção ambulatória e preventiva da doença. Concentrar competências e recursos, em nome da qualidade e do melhor serviço aos doentes, encerramento de instituições excedentárias, planeamento em função de necessidades reais e para uma atuação moderna e cultura de avaliação e dever de *accountability*, serão com uma política meritocrática que dignifique os recursos humanos, os pilares indispensáveis dessa reforma, que é urgente. A outra dimensão da solução pertence ao domínio da responsabilidade individual e da cidadania. Por um lado, respeito pelos valores, apelo à excelência e, por outro, empenhamento cívico e exigência, com discussão informada, sem preconceitos, espírito de serviço e primazia do bem público. Mudar o país é difícil, mas é um desafio estimulante, requer coragem, persistência para alterar hábitos e comportamentos. Mudar de país, ver como se faz e depois voltar até pode ajudar!